

# Política econômica não vai mudar

Quem garante é o ministro da Fazenda, que não pensa em adotar o redutor

**DILZE TEIXEIRA**  
Da **Editoria de Economia**

"A política econômica não vai mudar e para combater a inflação, a solução é persistir na política de ajuste de economia, adotada pelo Governo, que, fundamentalmente, combate o déficit público". Foi o que disse, ontem, na Base Aérea, após o embarque do presidente Sarney para a Bolívia, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. Ele negou, categoricamente, que o Governo esteja cogitando adotar um redutor sobre os salários e preços públicos, proposto pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, para conter o processo inflacionário.

Também o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, descartou "qualquer possibilidade" de aplicação deste redutor sobre salários e tarifas públicas. "A idéia não tem qualquer viabilidade e não se cogita disso", garantiu. Como Maílson da Nóbrega, afirmou que, para o controle da inflação tenha sucesso a solução "é persistir mais na política de ajuste fiscal, no corte do déficit público".

## REUNIÃO PRÉVIA

As declarações dos dois

ministros — Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu — ambas na mesma linha, descartando a hipótese de adoção do redutor proposto por Simonsen — aconteceram após uma prévia reunião dos dois, mais os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

Em sua entrevista, Maílson da Nóbrega embora tenha deixado claro que "não há qualquer tendência do Governo no sentido de aceitar a proposta de Simonsen", disse que "O Governo está sempre aberto às sugestões que lhe forem apresentadas, e examina tanto a proposta do presidente da Federação da Indústria de São Paulo, Mário Amato, quanto a do ex-ministro Simonsen".

Ao repelir a proposta do redutor, João Batista de Abreu argumentou que sua inviabilidade é reconhecida, inclusive pelo autor, o ex-ministro Simonsen que "condicionou a aplicação do redutor à adoção prévia de uma política fiscal bem ajustada e de uma política monetária muito ativa".

Mais acessível aos repórteres que seu colega, da

Fazenda, o ministro João Batista disse que o Governo não decidiu ainda sobre a oportunidade de implementação da Reforma Administrativa, já anunciada. "Esta decisão somente poderá ser tomada após a definição do orçamento da União para 1989", isto porque, explicou, vai depender da futura Constituição que estabelecerá uma nova partilha das rendas públicas.

Com base nesta nova distribuição das receitas da União, o ministro do Planejamento informou que "a União vai deixar de promover um conjunto de ações que promove hoje, principalmente em relação aos Estados e Municípios". Ele explicou, ainda, que embora o orçamento da União, para o próximo ano, tenha sido elaborado com base na atual Constituição — porque tinha que ser assim — "não ficará desajustado quando for promulgada a futura Carta, que altera drasticamente a distribuição dos recursos".

— Isto porque fizemos grandes reservas de contingência para acolher a nova partilha de receita prevista na nova Constituição, e isto resultará no ajustamento automático do orçamento de 1989 — esclareceu o ministro.